



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2021/TCMPA, de 24 de fevereiro de 2021.

EMENTA: Dispõe sobre a aprovação da **Nota Técnica nº 01 /2021 TCM PA**, que uniformiza os procedimentos de instrução e análise de processos de aposentadorias e pensões, para fins de registro, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e estabelece orientações aos gestores responsáveis pelos Institutos de Previdência Municipais, em consonância com o Tema 455 Repercussão Geral (RE 636.553) do Supremo Tribunal Federal.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da [Lei Complementar nº 109](#), de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno ([Ato 23](#)), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o posicionamento estabelecido em sede de repercussão geral (TEMA 445), no âmbito do Supremo Tribunal Federal, nos autos do [Recurso Extraordinário nº 636.553/RS](#), em 19/02/2020, a qual se fez confirmar pela decisão unânime, que rejeitou os Embargos de Declaração, na Sessão do Plenário Virtual, concluída em 04/12/2020.

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos de instrução e análise de processos de aposentadorias e pensões, para fins de registro, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e firmar orientações aos gestores responsáveis pelos Institutos de Previdência Municipais.

CONSIDERANDO as competências jurisdicionais estabelecidas à Câmara Especial de Julgamento, na apreciação dos processos de registro de atos de pessoal, na forma do art. 75, do RITCMPA ([Ato 23](#)) e, ainda, as atribuições de instrução processual em matéria de pessoal, fixadas ao Núcleo de Atos de Pessoal, na forma do art. 101, da [Resolução Administrativa nº 01/2021/TCMPA](#).

CONSIDERANDO, ainda, as reuniões técnicas realizadas no âmbito deste TCM PA, com a participação do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM), dos Membros da Câmara Especial de Julgamento e do Núcleo de Atos de Pessoal, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, destinadas à avaliação dos impactos e medidas subsequentes à deliberação adotada no âmbito do c. STF.

CONSIDERANDO, por fim, os estudos e apontamentos fixados pelo Núcleo de Atos de Pessoal deste TCM PA, demandado pelos integrantes da Câmara Especial de Julgamento, nos termos da **Nota Técnica nº 01/2021/TCMPA**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a **Nota Técnica nº 01/2021/TCMPA**, constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, objetivando a orientação dos Municípios Jurisdicionados e da área técnica do TCM PA.

Art. 2º. Os casos omissos ou não previstos nos termos da **Nota Técnica nº 01/2021**, serão dirimidos mediante deliberação primeira da Câmara Especial de Julgamento, a qual poderá, na forma regimental, submeter a matéria à deliberação do Tribunal Pleno, na forma do inciso VII, do art. 75, do RITCMPA ([Ato 23](#)).

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 24 de fevereiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Corregedor

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro Substituto



ANEXO ÚNICO: (Instrução Normativa Nº 08/2021/TCMPA)

NOTA TÉCNICA Nº 01/2021/TCMPA:

I - DO OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem por objetivo orientar os gestores dos institutos de previdência municipais e uniformizar os procedimentos, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), quanto às providências a serem adotadas nos processos em trâmite na Casa há mais de cinco anos, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.553 (Tema 445 da Repercussão Geral), em 19 de fevereiro de 2020, confirmada pela decisão unânime que rejeitou os Embargos de Declaração, no Plenário Virtual de 27 de novembro a 04 de dezembro de 2020.

II – DAS MOTIVAÇÕES

A presente manifestação tem por objetivo informar à sociedade e, especialmente, aos jurisdicionados deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, quanto aos procedimentos a serem adotados para tramitação, análise pelo órgão técnico e julgamento dos atos concedentes de aposentadoria e pensão dos servidores municipais, vinculados a regime próprio de previdência de que trata o art. 40 da CRFB e Emendas Constitucionais correlatas, cujo protocolo dos respectivos processos se deu há mais de cinco anos. A relevância do tema se dá em virtude de recente decisão do STF que limitou a esse interregno temporal o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

III – DAS PREMISSAS

A Carta Magna, em seu artigo 24, inciso XII, §§ 1º e 2º, atribuiu à União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, a competência para editar normas gerais, em matéria de Previdência Social. Assegurou, também, em seu artigo 40, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005, o regime próprio de previdência dos servidores titulares de cargos públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em caráter obrigatório, contributivo e solidário.

A finalidade constitucional dos Tribunais de Contas em relação aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, refere-se à apreciação de suas legalidades, verificando se foram praticados em conformidade com as normas em vigor, se está correta a justificação que os originaram ou se houve algum vício que os anulem.

Como esses atos se estendem por toda a vida, causando despesa ao erário, foram submetidos constitucionalmente ao controle externo, visto que apenas o controle interno exercido pela autoridade administrativa não seria suficiente para evitar possíveis irregularidades. Então, motivos de controle de legalidade, segurança jurídica e necessidade da estabilização das relações, cumpre aos Tribunais de Contas o dever constitucional previsto no art. 71, III, da CF/88:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;



Nos Estados Federados, os Tribunais de Contas deverão obrigatoriamente seguir o mesmo caminho da Constituição Federal quanto às suas atribuições (Artigo 75. “As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios”), e também a observância ao princípio constitucional da simetria.

Com efeito, a segurança jurídica é imanente, indissociável da ideia de Direito. É, portanto, um dos pilares de sua sustentação. Normalmente, a segurança jurídica caminha junto com o princípio da legalidade, que objetiva justamente assegurar que os fatos sejam qualificados e produzam seus efeitos jurídicos de acordo com a lei, proporcionando aos indivíduos confiança na eficácia da Constituição e das leis e previsibilidade da incidência das normas jurídicas tal qual estipuladas.

Muitas vezes, entretanto, e por mais paradoxal que isso possa parecer, a estrita busca pela legalidade implica afronta à segurança jurídica e ao interesse público, especialmente na vertente da confiança na manutenção de situações que, a despeito de serem aparentemente legais, não o eram, mas que se prolongaram no tempo. Há, em casos tais, um aparente conflito entre dois aspectos da segurança jurídica: o da necessidade de estabilidade de situações fáticas já consolidadas e o da certeza de operatividade da lei. Neste sentido já se pronunciou o STF de longa data em matéria sumulada, *verbis*:

Súmula 346: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Atinente ao registro dos atos previdenciários pelos Tribunais de Contas, recentemente, em 19/02/2020, o Supremo Tribunal Federal proferiu julgamento que constitui um marco no trato do princípio da segurança jurídica pela jurisprudência pátria. Trata-se do RE 636.553/RS, submetido ao regime da repercussão geral (Tema 445), através do qual foi fixada a seguinte tese:

Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

Destarte, decidiu o Pleno da Corte, no Recurso Extraordinário nº 636.553/RS, da Relatoria do Min. Gilmar Mendes, fixar o prazo de 5 anos como prazo decadencial para a emissão do ato de registro em sede de controle de legalidade previsto no Art. 71, III, da Constituição Federal, contados do recebimento do ato concessório no órgão de controle. Eis a ementa:

1. Recurso extraordinário. Repercussão geral. 2. Aposentadoria. Ato complexo. Necessária a conjugação das vontades do órgão de origem e do Tribunal de Contas. Inaplicabilidade do art. 54 da Lei 9.784/1999 antes da perfectibilização do ato de aposentadoria, reforma ou pensão. Manutenção da jurisprudência quanto a este ponto. 3. Princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. Necessidade da estabilização das relações jurídicas. Fixação do prazo de 5 anos para que o TCU proceda ao registro dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, após o qual se considerarão definitivamente registrados. 4. Termo inicial do prazo. Chegada do processo ao Tribunal de Contas. 5. Discussão acerca do contraditório e da ampla defesa prejudicada. 6. TESE: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas". 7. Caso concreto. Ato inicial da concessão de aposentadoria ocorrido em 1995. Chegada do processo ao TCU em 1996. Negativa do registro pela Corte de Contas em 2003. Transcurso de mais de 5 anos. 8. Negado provimento ao recurso. (DJE nº 129, divulgado em 25/05/2020)



Para tanto, foi invocando, por analogia, o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 20.910/32:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Cumpre informar que referido decreto foi recepcionado pela CF/1988 como *status* de lei ordinária. Deduz-se que, findo o prazo quinquenal, não havendo emissão do ato de registro pelo órgão de controle externo, o ato concessório original seria considerado definitivamente registrado.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a análise feita pelas Cortes de Contas é apenas uma etapa posterior de um ato administrativo de natureza complexa, ou seja, que somente é aperfeiçoado após a validação por elas. Assim, a concessão de aposentadoria ou pensão finalmente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pela Corte de Contas, embora a doutrina e até mesmo o Superior Tribunal de Justiça apresentem forte crítica a esse enquadramento da Corte Suprema. Ressalte-se, aliás, que tal discussão sobre a natureza jurídica do registro pelo TC – se simples, composto ou complexo – voltou à cena no RE referido, por iniciativa do voto divergente do Min. Edson Fachin.

O acórdão do STF significou uma reviravolta no entendimento até então consolidado pelo STF em diversos acórdãos proferidos por ambas as Turmas, segundo o qual não haveria prazo para a apreciação, pelos Tribunais de Contas, da legalidade de atos de concessão de aposentadoria a servidores públicos ou pensão a seus dependentes, respeitado o mandamento da Súmula Vinculante nº 3, *verbis*:

Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

A jurisprudência do STF, antes do RE 636.553/RS (Tema 445), havia construído uma exceção à SV 3: se o Tribunal de Contas demorasse mais do que 5 anos para analisar a concessão inicial da aposentadoria, ele teria que permitir contraditório e ampla defesa ao servidor/militar interessado. Essa exceção deixou de existir com o julgamento do RE 636553/RS. O STF passou a entender que, se o Tribunal de Contas ultrapassar os 5 anos para julgamento da aposentadoria, reforma ou pensão, o ato respectivo é considerado definitivamente registrado. A fim de melhor visualização, elaboramos quadro com o entendimento antes e depois da decisão:

Antes do RE 636553/RS (Tema 445)	Depois do RE 636553/RS (Tema 445)
Não havia prazo para o Tribunal de Contas apreciar a legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria, reforma ou pensão.	O Tribunal de Contas possui o prazo de <u>5 anos</u> para apreciar a legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria, reforma ou pensão.
Se o Tribunal de Contas demorasse mais de 5 anos para apreciar a legalidade do ato, ele continuaria podendo examinar, mas passava a ser necessário garantir contraditório e ampla defesa ao interessado.	Se o Tribunal de Contas demorar mais de 5 anos para apreciar a legalidade, ele não poderá mais rever esse ato. Esgotado o prazo, considera-se que a aposentadoria, reforma ou pensão está definitivamente registrada, mesmo sem ter havido a análise pelo Tribunal de Contas.
Esse prazo de 5 anos era contado a partir da data da chegada, ao TCU, do processo administrativo de concessão inicial da aposentadoria, reforma ou pensão.	Mesma regra. O prazo de 5 anos para que o Tribunal de Contas julgue a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, é contado da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
A Súmula Vinculante nº 3 podia ser flexibilizada, oportunizando o contraditório a ampla defesa nos processos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão que ultrapassassem mais de cinco anos no Tribunal, sem decisão.	A Súmula Vinculante nº 3 não possui mais exceção, não havendo mais obrigatoriedade de contraditório ou ampla defesa nos processos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.



Segundo o Supremo Tribunal Federal, a análise feita pelas Cortes de Contas era apenas uma etapa posterior de um ato administrativo complexo, que somente é aperfeiçoado após a validação por elas. Por essa razão, o prazo decadencial quinquenal de que dispõe a União para invalidar os próprios atos (art. 54 da Lei nº 9.784/99) não se aplicava, segundo o STF, à análise dos Tribunais de Contas sobre o registro de aposentadorias e pensões do funcionalismo público. Diz a Lei nº 9.784/1999:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

É certo que se o ato concessório for entendido como ato administrativo simples (e não complexo) de administração ativa, sujeito a condição resolutiva, incide o prazo de decadência desde a sua produção (mas este prazo, nos termos do §2º do art. 54 da Lei 9784/99, pode ser cumprindo com o início de exercício do direito de anular mediante qualquer medida da autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato).

No RE 636.553, o ministro relator deu parcial provimento ao recurso da União para assentar que a análise da legalidade do ato de aposentadoria pelo Tribunal de Contas não se submete ao prazo decadencial previsto na Lei 9.784/94. No entanto, tendo em vista transcurso do prazo quinquenal entre a chegada dos autos à Corte de Contas e a análise de sua legalidade, sem que fosse oportunizado o contraditório e ampla defesa de forma plena ao recorrido, determinou a anulação do Acórdão 2.699/2003 – 1ª Câmara/TCU, e a necessidade de observância, por aquele órgão de controle externo, das referidas garantias constitucionais antes que outro acórdão seja proferido.

Em termos práticos, muitas dúvidas remaneceram, em regra envolvendo a ausência de transição e tratamento no tempo da virada jurisprudencial. Há decisões de negativa de registro emitidas após cinco anos, após a decisão do STF, mas antes do trânsito em julgado, que estão sobrestadas. Há decisões de negativa de registro, igualmente emitidas após cinco anos, já comunicadas aos órgãos de administração ativa e em vias de correção. Qual o destino desses casos e de numerosos outros que ainda não foram apreciados, mas que estão próximos de completar cinco anos de tramitação? Os cinco anos reiniciam após o ato de não-registro, após eventuais correções da administração ativa? Poderão ser suspensos para oitivas e manifestações? E se os atos concessórios estiverem viciados não por ilegalidade, mas por inconstitucionalidade manifesta e direta, também nesses casos haverá decadência do ato de recusa de registro?

Para tanto, foram interpostos embargos declaratórios por parte da União, estando presente, em síntese, os seguintes questionamentos a serem esclarecidos pelo STF. Assim, requereu-se que, diante da superação da pacífica jurisprudência do Supremo, fossem modulados os efeitos da decisão (art. 927, § 3º, do CPC), conferindo-lhe eficácia prospectiva, de modo que o novo entendimento passe a valer apenas em relação aos atos de aposentadoria, reforma ou pensão que ingressarem nos Tribunais de Contas a partir da publicação do acórdão.

Versaram os embargos, ainda, que fossem sanadas as obscuridades apontadas, notadamente para correta compreensão quanto ao fundamento legal do prazo quinquenal que deve ser observado pelas Cortes de Contas no exercício constitucional do controle externo, restando expressamente consignado que, mesmo prevalecendo o prazo disposto no art. 1º do Decreto nº 20.910/1032, é possível a aplicação da disciplina jurídica do art. 54 da Lei 9.784/1999, em especial para que:



- 1) reste esclarecido que o prazo quinquenal não é aplicável às hipóteses em que for constatada má-fé ou fraude por parte dos interessados;
- 2) reste consignada a possibilidade de interrupção do prazo quinquenal;
- 3) reste esclarecido que o prazo quinquenal não alcança as situações flagrantemente inconstitucionais.

Em casos como este, em que se altera jurisprudência longamente adotada, parece sensato considerar seriamente a necessidade de se modular os efeitos da decisão, com base em razões de segurança jurídica. No entanto no Plenário Virtual realizado de 27/11/2020 a 04/12/2020, a Corte, por unanimidade, rejeitou integralmente os Embargos de Declaração, mantendo-se os termos da decisão inicial, de aplicabilidade imediata. Assim, esta Nota Técnica propõe procedimentos a serem adotados no TCM/PA, a fim de dar cumprimento ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral.

IV – DOS ENTENDIMENTOS PROPOSTOS

Feitas tais premissas, em homenagem aos princípios da economia, celeridade processual e da razoável duração do processo, entende este Núcleo de Atos de Pessoal (NAP) em sugerir as seguintes providências quanto aos processos que se tenham mais de cinco anos em trâmite nesta Casa.

A) PROCESSOS SEM ANÁLISE PRÉVIA PELO NAP

Fica o NAP autorizado a proceder a análise dos processos em que ainda não haja parecer inicial, na data da aprovação desta Nota Técnica, atendo-se tão somente à identificação de eventual má-fé, grave violação à ordem jurídica ou fraude processual, através da verificação, especialmente:

- a) do direito do servidor em se aposentar pelo regime próprio de previdência (investidura em cargo efetivo);
- b) dos atributos do ato administrativo sob registro (legitimidade, imperatividade, executoriedade e tipicidade);
- c) da verossimilhança do valor dos proventos;
- d) da indicação de que os beneficiários têm vínculo com o servidor falecido, em caso de pensão.

Constatados os pontos acima, o NAP emitirá parecer pelo registro tácito do ato previdenciário, mediante informação simplificada, encaminhando-o para manifestação do Ministério Público de Contas dos Municípios que, após, remeterá os autos ao Conselheiro(a) Substituto(a) relator, que poderá submeter à deliberação os atos em bloco pra homologação pela Câmara Especial de Julgamento.

Estando presentes indícios de má-fé, grave violação à ordem jurídica ou fraude processual, a Câmara Especial de Julgamento reconhecerá o registro tácito do ato, porém, cientificará o instituto de previdência para que proceda sua revisão, dando ainda ciência ao Conselheiro Relator das contas do Município para que, nos termos regimentais, instaure tomada de contas especial, caso não seja encaminhado novo ato, livre de falhas, no prazo de 60 (sessenta) dias. Determinará, também, o envio dos autos ao Ministério Público do Estado, para as providências que julgar cabíveis.

Caso verifique-se que o ato não cumpre requisitos essenciais para produção de efeitos, em razão de graves falhas formais ou inconsistências nas informações prestadas pelo órgão, que impossibilitem sua análise, este será considerado prejudicado, pela Câmara Especial de Julgamento, após regular processamento pelo órgão técnico e Ministério Público de Contas, determinando-se o encaminhamento de novo ato, livre de falhas.

A informação resultante da análise do órgão técnico se fundamentará no citado Recurso Extraordinário 636.553/RS e na Instrução Normativa que vier a aprovar esta Nota Técnica, da lavra do Pleno do TCM/PA.



B) PROCESSOS COM INSTRUÇÃO EM ANDAMENTO

Nos processos em que já tenha havido análise inicial do NAP e encaminhamento para diligência, verificar-se-á se esta foi devidamente implementada até a data de publicação desta Nota Técnica. Em caso de não realização, os gabinetes dos Conselheiros Relatores providenciarão o retorno dos autos ao órgão técnico, para que proceda nos moldes estabelecidos no item anterior. Uma vez concretizada a diligência, deve o Núcleo verificar se houve ou não resposta à mesma por parte do jurisdicionado.

Caso o jurisdicionado tenha respondido à notificação, o Núcleo verificará se houve atendimento da diligência, atestando-o em informação simplificada.

Nas situações em que, regularmente notificado, o instituto de previdência não tenha respondido à diligência ou não o tenha feito satisfatoriamente, será feita análise conforme critérios definidos no item anterior e a informação se fundamentará no citado Recurso Extraordinário 636.553/RS e na Instrução Normativa que vier a aprovar esta Nota Técnica, da lavra do Pleno do TCM PA.

Nestas hipóteses, fica ainda o NAP autorizado a verificar se o parecer inicial que motivou a diligência indica proventos fixados a menor ou a maior para o servidor, a fim de que, havendo indícios de prejuízo ao beneficiário, faça constar na informação simplificada a sugestão de que o ato de homologação determine a ciência ao interessado do entendimento do órgão técnico para que, se desejar, apresente a demanda ao Poder Judiciário.

Verificados os pontos acima, o NAP emitirá parecer pelo registro tácito do ato previdenciário, mediante informação simplificada, encaminhando-o para manifestação do Ministério Público de Contas dos Municípios que, após, remeterá os autos ao Conselheiro(a) Substituto(a) relator, que poderá submeter à deliberação os atos em bloco pra homologação pela Câmara Especial de Julgamento.

Estando presentes indícios de má-fé, grave violação à ordem jurídica ou fraude processual, a Câmara Especial de Julgamento reconhecerá o registro tácito do ato, porém, cientificará o instituto de previdência para que proceda sua revisão, dando ainda ciência ao Conselheiro Relator das contas do Município para que, nos termos regimentais, instaure tomada de contas especial, caso não seja encaminhado novo ato, livre de falhas, no prazo de 60 (sessenta) dias. Determinará, também, o envio dos autos ao Ministério Público do Estado, para as providências que julgar cabíveis.

Caso verifique-se que o ato não cumpre requisitos essenciais para produção de efeitos, em razão de graves falhas formais ou inconsistências nas informações prestadas pelo órgão, que impossibilitem sua análise, este será considerado prejudicado, pela Câmara Especial de Julgamento, após regular processamento pelo órgão técnico e Ministério Público de Contas, determinando-se o encaminhamento de novo ato, livre de falhas.

Se os autos se encontrarem no Ministério Público de Contas dos Municípios, este poderá, a seu critério, adotar as mesmas verificações e medidas acima, encaminhando-o, após manifestação, para o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) relator.

Quando o gestor não tiver respondido à diligência e tenha contribuído para a ocorrência da decadência, bem como nas hipóteses de indícios de dolo ou fraude processual pelo gestor jurisdicionado, caberá ao(a) Relator(a) aplicar as sanções previstas na notificação, determinando a responsabilização pessoal pela não regularização das pendências apontadas no documento e no parecer do órgão técnico. A juízo do(da) Relator(a), em se tratando de municípios que reiteradamente causem danos ao erário ou aos beneficiários, será instaurado processo de tomada de contas especial, a fim de apurar e quantificar responsabilidades.



C) PROCESSOS COM INSTRUÇÃO CONCLUÍDA

Nos processos com instrução concluída, que estejam aguardando julgamento pelo (a) Câmara Especial, o Conselheiro(a) Substituto(a) relator, este (a) poderá, a seu critério, adotar as mesmas verificações dos itens anteriores, consignando as conclusões em seu relatório e apresentando os processos com situações semelhantes para homologação, em bloco, em Sessão da Câmara Especial de Julgamento, com os devidos encaminhamentos, a depender da existência de indício de prejuízo ao segurado.

V – DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A fim de evitar que mais processos se enquadrem futuramente na situação prevista no Recurso Extraordinário 636.553 (Tema 445 da Repercussão Geral), ultrapassando 05 (cinco) anos em trâmite no TCM/PA, serão adotadas as seguintes providências, para todos os processos protocolados antes da implantação do processo eletrônico, previsto na Resolução Administrativa nº 18/2018/TCMPA.

- a) Registro com sugestão de apostilamento, quando o ato sob análise contiver erros formais, que não estejam dando ensejo a pagamentos irregulares;
- b) Julgamento dos processos no estado em que se encontram, prescindindo-se de notificação por meio documental através dos correios, quando o transcurso do tempo implique em prejuízo ao exercício do controle externo, indicando-se que, em caso de negativa de registro, a Administração deve reapresentar o ato eletronicamente, na forma da Resolução Administrativa nº 18/2018/TCMPA;
- c) Em caso de insuficiência documental, o Núcleo de Atos de Pessoal poderá, diretamente, notificar a Administração para saneamento dos atos, quando esta for a solução mais favorável ao beneficiário e não houver prejuízo à expiração do prazo de 05 (cinco) anos;
- d) Quando o ato não cumprir requisitos essenciais para produção de efeitos, em razão de graves falhas formais ou inconsistências nas informações prestadas pelo órgão, que impossibilitem sua análise, este será considerado prejudicado, pela Câmara Especial de Julgamento, após regular processamento pelo órgão técnico e Ministério Público de Contas, determinando-se o encaminhamento de novo ato, livre de falhas;
- e) Realização de diligências de mérito, pelo Conselheiro Relator, apenas quando houver indícios de má-fé, grave violação da ordem jurídica ou fraude processual, a fim de dar oportunidade de defesa ao gestor, dando-lhe ciência das sanções possíveis, em caso de descumprimento ou não acatamento das alegações;
- f) Não atendimento a solicitações de prorrogação de prazo para respostas à diligência, nem repetição destas, em caso de não saneamento dos autos, pelo jurisdicionado;
- g) Possibilidade de antecipar os termos da notificação por e-mail do instituto/gestor cadastrado no UNICAD, sem contagem de prazo, a fim de agilizar o cumprimento da diligência, quando esta for a solução mais favorável ao beneficiário e não houver prejuízo à expiração do prazo de 05 (cinco) anos;
- h) Tramitação direta do Núcleo de Atos de Pessoal para o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, após sua manifestação técnica.

Diante de todo o acima exposto, submete-se a presente Nota Técnica à consideração superior do Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém, 12 de fevereiro de 2021.

Luiza Montenegro Duarte Pereira
Analista de Controle Externo
Núcleo de Atos de Pessoal – NAP

Antônio Armando Barrau Fascio Neto
Analista de Controle Externo
Núcleo de Atos de Pessoal – NAP